



Entre o Econômico e o Ambiental: o Debate Midiático sobre a Carne Produzida em Áreas Devastadas no Pará¹.

Rayza SARMENTO²
Universidade da Amazônia (UNAMA)

RESUMO: Conseguir sustentar argumentos em um processo deliberativo é fundamental para que os atores envolvidos possam ter suas posições reconhecidas. Entendemos que a mídia desempenha a função de palco para esse processo e neste trabalho analisamos de que forma o jornal paraense O Liberal conseguiu colaborar para a ocorrência da deliberação, tendo como pano de fundo o debate sobre a carne produzida em áreas devastadas no Pará. Constatamos que ausência de visibilidade para estudos ambientais pode comprometer a sustentação de argumentos dos atores que defendem a preservação.

PALAVRAS-CHAVE: deliberação; desmatamento; carne; O Liberal.

Introdução

A partir do pressuposto de que a mídia pode ser palco de embates deliberativos, buscou-se investigar qual foi a visibilidade dada pela imprensa paraense às medidas adotadas pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará, no que se refere às ações contra pecuaristas cuja atividade contribui diretamente para o agravamento do desmatamento na Amazônia. Especificamente, buscou-se identificar, a partir de indicadores do debate mediado (MAIA, 2008), de que forma o jornal O Liberal deu espaço aos argumentos dos atores envolvidos no problema, com base nas notícias veiculadas durante os vinte primeiros dias do mês de junho de 2009, após a adoção das medidas que levaram a impedir a compra da carne bovina oriunda de fazendas responsáveis pelo desmatamento.

As ações do MPF basearam-se em um estudo feito juntamente com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o qual constatou a contribuição da pecuária para o desmatamento do Pará. Segundo o estudo,

¹ Artigo apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 27 a 29 de maio de 2010.

² Jornalista graduada pela Universidade da Amazônia (Unama). Pesquisadora da Organização NÓSMULHERES da Universidade Federal do Pará (UFPA). www.organizacaonosmulheres.com.br/yzasarmento@gmail.com. Este trabalho foi realizado sob a orientação da professora de Jornalismo Ambiental da Unama Dra. Cenira Sampaio



houve casos em que foi devastada uma área total de 157 mil hectares, o equivalente a todo o município de São Paulo³. Com base nesses dados, o MPF moveu 21 processos judiciais contra fazendas e frigoríficos por conta do desmatamento e expediu 69 recomendações às empresas que possuem relações comerciais com os frigoríficos que vendem carne vinda das áreas mapeadas pelo estudo, solicitando a paralisação da venda sob pena de também serem responsabilizadas judicialmente. De acordo com o artigo 50, da Lei de Crimes Ambientais⁴ (9605/98), é proibido “desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente”.

Margulis (2003, p. 14), no relatório do Banco Mundial sobre o desmatamento na Amazônia, já apontava que “a pecuária é a principal atividade econômica na região e que são os médios e grandes pecuaristas os maiores responsáveis pelos desmatamentos”. Castro (2005, p. 10) lembra que essa devastação se dá principalmente pela necessidade de grande área para a execução da atividade pecuária. Além disso, Castro (2005, p.12) assinala que por gerar outras sub-atividades, como venda de madeira e exploração de garimpos, “a pecuária foi reconhecida como a atividade mais rentável e segura do ponto de vista econômico, o que acabou por justificar e obscurecer os custos sociais e ambientais”.

Como ações que incidiram diretamente em uma atividade tão rentável economicamente, e preocupante do ponto de vista ambiental, foram tratadas em um grande veículo de comunicação da Amazônia? De que forma e quais atores foram chamados para se pronunciar neste debate? A fim de responder tais perguntas, explicamos no tópico abaixo qual aporte teórico estamos utilizando para empreender tal análise acerca do debate público mediado sobre a questão da carne e desmatamento no Pará.

³ Para maiores informações sobre o estudo, consultar: <http://www2.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-e-lbama-processam-empresas-que-lucram-com-os-bois-da-devastacao/>. Acesso: 22.set.2009.

⁴ BRASIL. **Lei nº 9605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 20 de set. 2009.



Mídia: palco de debates

Debates que antes eram restritos aos atores envolvidos diretamente com determinado problema tornaram-se conhecidos pela sociedade a partir da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação, ganhando relevância para o debate público, tal como aconteceu com o tema discutido neste trabalho. Os veículos de comunicação são muito mais que simples transmissores de informação, ao tornarem visíveis problemas e discussões desempenham um papel de “palco”, no qual atores, grupos e instituições “competem sobre a definição e a construção de sentidos a respeito de questões chaves da vida pública” (MAIA, 2008, p. 77).

Maia (2008) assinala que, por conta da extensão e complexidade da sociedade contemporânea, os processos deliberativos fundamentalmente perpassam pela mídia. Por deliberação, nos apropriamos do conceito da autora, e entendemo-la como uma atividade interativa, de exame e reconsideração de pontos de vistas entre pessoas. Neste processo, ocorrem trocas de argumentos sobre determinado assunto, em geral um problema coletivo, sem que haja a expectativa formal de um consenso imediato. É necessário que os atores envolvidos consigam sustentar publicamente seus argumentos, sendo assim, a capacidade argumentativa é central para a deliberação, pois ao trocarem posições convincentes a respeito do problema em discussão, os atores engajados reconhecem a capacidade e a sustentabilidade do que está sendo defendido. A deliberação tem por objetivo produzir argumentos cada vez mais fortes e consistentes.⁵

Para avaliar de que forma os meios de comunicação contribuíram para o processo de debate, este estudo tem como suporte as idéias de Maia (2008) as quais apontam os seguintes indicadores de análise para debate mediado: acessibilidade; identificação e caracterização de interlocutores e atores sociais; utilização de argumentos críticos-rationais; reciprocidade e responsividade; e reflexividade e revisibilidade de opiniões.

⁵ A deliberação é um conceito que vem ganhando espaço dentro dos estudos sobre teoria democrática. Autores como Habermas, Bohman, Gutmann e Thompson vêm se dedicando ao estudo de um modelo de democracia, a democracia deliberativa, o qual propõe que as decisões dos negócios públicos são mais legítimas após serem alvo de troca argumentativa em espaços de discussão (MARQUES; MIOLA, 2009). Autores como Mansbridge (1999) sugerem um sistema deliberativo ampliado, no qual não haja apenas a necessidade de discussões em espaços institucionais, mas que a troca em conversações cotidianas ou redes informais também podem ser úteis para a construção e exposição de argumentos sobre assuntos da vida pública. A comunicação de massa estaria inserida dentro deste sistema deliberativo ampliado e conseguiria fomentar essa troca argumentativa dentro de seu conjunto de instrumentos e insumos de informação. Para maior detalhamento das teorias sobre deliberação e mídia, consultar: MARQUES;MIOLA (2009); MAIA (2004;2008).



O artigo tem como objeto de estudo as matérias publicadas no jornal paraense O Liberal. Entende-se que ganhos deliberativos não podem ser medidos em pequenos espaços temporais, contudo, no escopo deste trabalho analisam-se apenas os vinte primeiros dias de cobertura sobre o tema do tema, totalizando seis notícias, a partir a da notícia deu publicidade à ação do MPF, veiculada no dia 2 de junho de 2009, sob o título: “MPF quer gado fora da área desmatada”.⁶

Indicadores do debate mediado

Para que o processo deliberativo ocorra é preciso que haja *acessibilidade* à de todos os atores envolvidos ao espaço de debate e que sejam caracterizados de forma a não parecerem inferiores, mesmo que, socialmente, estejam em posições assimétricas. Por *acessibilidade*, entende-se a capacidade de conseguir o espaço no meio de visibilidade para a exposição de argumentos. Maia (2008) diz que as assimetrias sociais acabam sendo reproduzidas pelos meios de comunicação, que privilegiam representantes políticos ou grupos poderosos. A autora ressalta que, mesmo quando possuem oportunidade de fala, os processos da rotina produtiva dos *medias*, de seleção e edição, não permitem que o que é proferido por uma fonte seja, exatamente, aquilo que é veiculado nos meios.

Na análise das matérias de O Liberal, percebe-se que uma gama de atores interessados pode se pronunciar a respeito do problema, assim, considera-se que em termos de *acessibilidade*, o jornal conseguiu ouvir as fontes envolvidas, mas não lhes concedeu o mesmo espaço. Foram ouvidas nove fontes diferentes, sendo que sete delas possuem argumentos contrários a ação do MPF. As outras duas são os procuradores federais responsáveis pelas ações. Não foram ouvidos nas matérias especialistas na área, nem o próprio Ibama que realizou o estudo junto com o Ministério Público e também não aparecem vozes de cidadãos-consumidores no período analisado.

A *caracterização dos atores sociais* é um indicador, segundo Maia (2008) que busca avaliar qual a posição social ocupada por quem se pronunciou no debate e como foram tratados esses pronunciamentos, observando variantes de tempo e espaço proporcionados pelos *medias*. Percebemos que o jornal priorizou instituições que gozam de legitimidade junto a empresários, pecuaristas e frigoríficos, como União das

⁶ MPF gado fora de área devastada. **O Liberal**. Belém, 2 jun. 2009. Caderno Poder, p.5.



Indústrias Exportadoras da Carne no Pará e Federação da Agricultura e Pecuária no Pará, além de representantes do Ministério Público Federal. Notamos ainda que houve uma prevalência de inserções do grupo composto por fontes que defendiam os interesses econômicos em relação ao MPF.

A voz do MPF aparece apenas duas vezes: na matéria que comunica sua ação e a outra, quando comenta a decisão do Grupo Pão de Açúcar em cancelar contratos com frigoríficos que comprem carne de áreas desmatadas. Nas demais, as ações e recomendações são apenas citadas para contextualizar as ações dos empresários, como neste exemplo, no qual o MPF não é chamado novamente para pronunciar-se após uma declaração, cujo argumento é extremamente relevante, por se tratar de questão econômica, que irá atingir diretamente o consumidor:

O preço da carne vermelha deve aumentar nos próximos dias. É que com a vigência da recomendação do Ministério Público Federal para que supermercados e frigoríficos não comprem carne e derivados do boi provenientes de áreas de desmatamento no Estado do Pará como estratégia de preservação ambiental, haverá uma maior pressão sobre os preços tanto no atacado, quanto no varejo. O alerta foi dado ontem pelo presidente da União das Indústrias Exportadoras de Carne do Pará, Francisco Victer. (O LIBERAL, 2009)⁷

Tão importante quanto ter oportunidade de fala, é conseguir argumentar sobre as posições adotadas. Maia (2008) adverte que é necessário que os atores consigam justificar suas posições em público, sustentá-las racionalmente. Para a autora, a *utilização de argumentos críticos-rationais* é um exercício de cooperação, a fim de tentar resolver um impasse, chegar a um entendimento possível para o problema e, assim, levar o outro a entender o quanto é plausível uma posição, até que ele possa preferi-la. Diferentemente da forma como tende a ocorrer quando os atores estão fisicamente presentes, a troca de argumentos no ambiente midiático não é uniforme e contínua. Ocorre, afirma Maia (2008, p 87), por meio de “lances discursivos”, entre matérias e declarações pontuais.

Maia (op.cit) ressalta que, com certa frequência, apenas fragmentos de discursos de um chegam ao espaço de visibilidade e são editados ou recompostos em termos de

⁷ SUBIR, Preço da carne deve começar. **O Liberal**. Belém, 16 jun. 2009. Caderno Poder, p. 7



discussão ou integrados a novos textos. “Não raro, as nuances e os detalhes de um determinado proferimento/discurso são sacrificados, em função da brevidade” (MAIA, 2008, p.87).

Apenas uma, em todo universo de matérias analisadas, trouxe o argumento do MPF que embasam as medidas adotadas. Como dito anteriormente, tais medidas foram baseadas em um estudo realizado pelo órgão em parceria com o Ibama, pelo qual foi constatado que 80% das áreas devastadas no Pará estão a serviço da pecuária. Um dado importante, porém, pouco explorado dentro das matérias e sem qualquer ênfase nas falas dos representantes do MPF dentro do jornal.

Vale ressaltar que para a adoção de tais medidas, os membros do MPF, órgão cuja missão constitucional é a fiscalização do que é público em âmbito nacional, conhecem a fundo os impactos de tal devastação, sabem argumentar sobre eles, entretanto, frente às questões econômicas, os argumentos de preservação ambiental não conseguiram maior visibilidade nas páginas dos jornais, pois como já foi mencionado anteriormente, a acessibilidade aos veículos se deu de forma desigual. Apesar de ter tido oportunidade de falar e ter um argumento plausível, as estratégias de sustentação do MPF no debate midiático foram menores em relação aos demais atores.

A seguir, um quadro de fontes e seus respectivos argumentos presentes nas seis matérias analisadas, com sua respectiva quantidade de inserções nas matérias.

QUADRO 1: Quem diz o que.

FONTES	ARGUMENTOS
MPF – PROCURADOR REGIONAL FEDERAL: DANIEL AVELINO	1ª : Entrou com ações civis públicas contra 21 fazendeiros e recomendação para 69 empresas, baseado em estudo que 80% das áreas devastadas no Pará estão a serviço da pecuária. 2ª: As empresas possuem responsabilidade solidária caso decidam continuar comprando carne 3ª: Trinta e cinco pontos de revenda garantiram suspensão da compra. Apresenta medidas para o problema: georeferenciamento e solicitação de



	<p>licença ambiental para o programa de recuperação de áreas degradadas.</p> <p>4ª Citado indiretamente, em um registro de uma reunião, propõe um termo de ajustamento de conduta (TAC): Sugere medidas para conciliar os interesses econômicos e ambientais e monitoramento dos fornecedores via satélite e a delimitação da reserva legal para ser preservada.</p>
PROCURADOR REGIONAL FEDERAL: UBIRATAN CAZETTA	1ª: É preciso disposição para sair da ilegalidade.
UNIÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE DO PARÁ- FRANCISCO VICTER:	<p>1ª: Pede a revogação da recomendação e diz que os frigoríficos estão paralisando as atividades, com perspectivas de desemprego. Apresenta o dado de que 14% do PIB do Pará é deste mercado, que gera 400 mil empregos. Pede intermediação estatal.</p> <p>2ª: Alerta para o risco de aumento no preço da carne</p>
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	1ª: Comunica que atendeu a recomendação do MPF e diz ser contra qualquer ato que possa prejudicar o meio ambiente.
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: MAURÍLIO MONTEIRO	1ª: Intermedia as discussões entre empresários e MPF e está na elaboração de um TAC.
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ARAGUAIA TOCANTINS (AMAT): LUCIANO GUEDES	1ª: Diz que o faturamento dos frigoríficos caiu em 15% depois da recomendação. 70% da produção da pecuária do Pará é dessa região.
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ: CARLOS XAVIER	<p>1ª: Diz que só 1% do gado paraense é proveniente dessas fazendas. A arroba do boi cai e pode haver diminuição no preço final do produto. O Pará tem 180 mil propriedades e 21 milhões de cabeça de gado, só 200 mil animais estão nessas empresas.</p> <p>2ª: Desconhece cancelamento de contratos e criticou o fato de só o Pará ser alvo dessa recomendação.</p>



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ (FIEPA): JOSÉ CONRADO:	1ª Diz que a recomendação atinge a imagem dos produtores do estado no mercado, no momento em que tentam conquistar investimento depois de anos sem incentivos fiscais.
DEPUTADO ESTADUAL AIRTON FALEIRO – LÍDER DA BASE DO GOVERNO NA ALEPA	1ª Diz que se a recomendação for seguida a risca, a economia para.

Fonte: Dados da pesquisa (2009)

No quadro acima, percebe-se a exposição de uma série de argumentos plausíveis. Os empresários defendem claramente a questão econômica, a partir da desvalorização do produto paraense frente às redes nacionais e o possível aumento do preço da carne ao consumidor. Razões extremamente públicas que se sustentam dentro do debate. Mas, tais razões, contrapõem-se a que? Que e quais argumentos podem responder a elas? Claramente, pode-se perceber que são razões econômicas defendidas pelas instituições que representam fazendeiros e empresários *versus* razões ambientais, contra a devastação, defendidas pelo MPF.

Outro indicador analisado pressupõe que o processo deliberativo precisa ser *recíproco*, isto é, os interlocutores precisam responder uns aos outros de modo a fornecer mais argumentos quando são questionados. Na mídia, essa troca não precisa ser direta. No caso analisado, não ocorreu contraposição direta dentro das matérias. Os empresários respondem as ações em matérias diferentes daquelas na qual o MPF é ouvido. As manchetes das matérias sinalizam essa troca de argumentos (em ordem cronológica de publicação): MPF quer gado fora de área devastada/ Pecuarista paraense vai pedir mais prazo ao MPF/ Faepa reage ao boicote à carne bovina. Em outra matéria, mesmo não sendo diretamente questionado, o MPF consegue responder apontando medidas para amenizar o problema. Na notícia “Cresce o boicote à carne do Pará”, são apresentadas pelo MPF as medidas para combater a devastação a partir da adequação dos fazendeiros; são elas: o georeferenciamento das propriedades rurais e a recuperação de áreas degradadas, além do sistema de rastreabilidade da carne. O jornal, contudo, não amplia o debate para o funcionamento dessas medidas. Pode questionar-se: quais as posições dos fazendeiros sobre essas propostas? Consideram viáveis? Contudo, tais perguntas (e suas possíveis respostas) não aparecem nas notícias do período analisado.



Dentro do processo deliberativo, é necessário que ocorra ainda *reflexividade de opiniões*, isto é, os atores precisam examinar criticamente suas próprias posições e admitir que é necessário revê-las, ponderando sobre o que dizem e têm como resposta. Neste momento, o jornal conseguiu, mesmo dentro do pouco tempo, mostrar um processo de *revisibilidade* das opiniões a partir da discussão de um termo de ajustamento de conduta.

Nessa perspectiva, entende-se que, tanto MPF, quanto os empresários admitiram que precisam considerar os diferentes pontos da questão para a conseguir solucionar o problema, como pode ser observado no trecho abaixo:

“Ainda ontem, o Governo do Estado e representantes da cadeia produtiva da carne bovina começaram a discutir um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MPF, para cumprimento da legislação ambiental, conciliado com as atividades econômicas⁸

Nos meses de julho a outubro, o jornal noticia as sucessivas reuniões, acordos e desacordos entre os procuradores e os empresários. De acordo com a comunicação oficial do MPF⁹, a partir de janeiro de 2010, os frigoríficos, pelo acordo que assinaram com o MPF, só poderão comprar matéria-prima de fazendas que estejam no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Atualmente ocorrem rodadas de negociação a fim de firmar acordos com fazendeiros.

Considerações finais

A partir da análise realizada, levando em consideração os indicadores definidos por Maia (2008), entendemos que o jornal conseguiu funcionar como palco deliberativo, trazendo a público argumentos e revisão destes durante os dias de cobertura analisados. Contudo, apesar de dar voz aos atores envolvidos, percebeu-se que houve um claro fortalecimento de um argumento sobre outro. Os impactos econômicos, defendidos pelos atores ligados ao setor produtivo e exportador da carne, tiveram maior visibilidade que os impactos ambientais defendidos pelo MPF.

⁸ SUBIR, Preço da carne deve começar. **O Liberal**. Belém, 16 jun. 2009. Caderno Poder, p. 7.

⁹ Mais informações em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/mpf-pa-negocia-acordo-com-pecuaristas-para-garantir-venda-de-gado/>. Acesso em: 10 set. 2009.



Não podemos apontar, por esta se tratar de uma produção científica ainda incipiente, quais os reais motivos para ênfase em tal argumento, pois não podemos esquecer que os meios não são apenas canais de informação, “mas instituições híbridas, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais profissionais” (MAIA, 2008, p. 71). Contudo, entendemos que o MPF não conseguiu maior visibilidade em seu argumento, e sucessivamente maior aceitação dele diante de quem recebe tais posicionamentos, pelo fato do jornal não ter explorado com maior profundidade o estudo que baseou as ações. Como já foi dito, tal estudo é apenas citado na primeira matéria. Se enfatizasse quais as conseqüências dos impactos a médio e longo prazo da pecuária para a devastação, os prejuízos sofridos pela sociedade e o que já mudou desde o início da atividade econômica na região até hoje, o jornal poderia ter contribuído para que o argumento do MPF fosse mais considerado pelos produtores e, principalmente, pelo público leitor. Não dar espaço para que o MPF fizesse contraposições, baseadas nesse estudo, às opiniões dos demais atores prejudicou a sustentação do argumento dele no embate deliberativo.

Ao constatar que a falta de visibilidade ao estudo ambiental percebida no jornal comprometeu o fortalecimento de um ator, podemos afirmar que este trabalho possibilitou que consigamos enxergar de que forma uma cobertura aliada a estudos ambientais e correta interpretação destes pode contribuir para maior esclarecimento da população sobre o assunto.

Referências bibliográficas

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/51/53>. Acesso em: 20 set. 2009.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. (Ed.). **Mídia.BR (Livro da XIII Compós)**. Porto Alegre: Sulina, p. 9–38, 2004.

MAIA, Rousiley (orgs). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.



MANSBRIDGE, Jane. Conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford. Oxford University Press, 1999, p. 211-239.

MARGULIS, Sérgio. Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira. **Banco Mundial**. Brasil. jul. 2003. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/40441681185895685298/010CausasDesmatamentoAmazoniaBrasileira.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

MARQUES, Francisco Jamil; Edna, MIOLA. Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos medias para a formação do debate público. **33º Encontro Anual da ANPOCS**. Disponível em: <http://sec.adevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC1630-1.pdf>. Acesso em: 12.fev.10

FAEPA reage ao boicote à carne bovina. **O Liberal**. Belém, 17 jun. 2009. Caderno Poder, p.7.

MPF gado fora de área devastada. **O Liberal**. Belém, 2 jun. 2009. Caderno Poder, p.5.

PECUARISTA paraense vai pedir mais prazo ao MPF. **O Liberal**. Belém, 9 jun. 2009. Caderno Poder, p.5.

CRESCER boicote à carne do Pará. **O Liberal**. Belém, 20 jun. 2009. Caderno Poder, p.20.

REDE de supermercados rejeita a carne paraense. **O Liberal**. Belém, 11 jun. 2009. Caderno Poder, p.7.

PREÇO da carne deve começar a subir. **O Liberal**. Belém, 16 jun. 2009. Caderno Poder, p.16.